

Transição paradigmática e suas relações com o planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia

Francisco Perpetuo Santos Diniz¹

Resumo: Sem detalhar tanto a própria região amazônica como as experiências de planejamento regional nela realizadas, o presente trabalho tem por objetivo contribuir a sua discussão – o planejamento regional amazônico – ao alinhar elementos que possam justificar uma determinada transição paradigmática pela qual este planejamento deva passar. Argumentos e referência para essa transição são procurados na superação de um exacerbante tecnicismo e cientificismo de certas vertentes da ciência moderna, que impregna também o planejamento, por uma *demarche rizomática* inspirada nas propostas de Deleuze e Guattari. Para isto, são apontadas as transformações ocorridas nos paradigmas econômico, ambiental e do próprio planejamento regional, a partir da inserção do discurso do desenvolvimento sustentável, da percepção holística de natureza e da valorização das práticas das populações tradicionais. O resultado é uma primeira conclusão que o planejamento regional voltado às populações tradicionais deva ter um caráter comunitário local e endógeno, assim como resgatar o território como estruturante de relações tecidas com o meio físico e valorar a cartografia de indícios socioambientais.

Palavras-chave: Transição paradigmática, Planejamento regional, cartografias socioambientais.

Paradigmatic transition and its relations with regional development planning in the Amazon

Abstract: Without detailing both the Amazon region itself and the regional planning experiments carried out in it, this paper aims to contribute to its discussion - the Amazonian regional planning - by aligning elements that may justify a certain paradigmatic transition that this planning must go through. Arguments and reference for this transition are sought in overcoming an exacerbating technicism and scientism of certain strands of modern science, which also pervades planning, by a *rhizomatic demarche* inspired by the proposals of Deleuze and Guattari. For this, are showed transformations occurred in the economic, environmental and regional planning paradigms, from the insertion of the sustainable development discourse, the holistic perception of nature and the valorization of the practices of the traditional populations. The result is a first conclusion that regional planning for traditional populations should have a local and endogenous community character, as well as rescuing the territory as structuring of relationships woven with the physical environment and value the cartography of socioenvironmental evidences.

Keywords: Paradigmatic transition, Regional planning, socio-environmental cartography.

Submetido em 20.04.2018; aprovado em 06.12.2019

¹ Mestre em Educação (UEPA), doutorando em Geografia (UFPA); e-mail: fpsdiniz@gmail.com

1. Introdução

Com o surgimento da modernidade no ocidente, a separação entre saber ético (de justiça), estético (de beleza) e verdadeiro (de ciência) levou, ao longo dos séculos, construir um método científico que procurou explicar a realidade fragmentada de forma compreensiva por meio da descoberta de leis universais que pudessem ser comprovadas, explicadas e replicadas em laboratórios. Essa forma de produzir conhecimento, que se tornou hegemônica nas ciências naturais, teve como corolário a separação entre sujeito e objeto e o princípio da neutralidade da sua produção que deu origem à sua razão instrumental. Dentro dessa perspectiva, a construção do conhecimento verdadeiro deveria ser neutro e conceber o mundo e os fenômenos sem sons, gostos, afetividades e vivências tácitas.

Com isto se constituiu um padrão de explicação dos fenômenos a partir da lógica matemática, definição de leis universais, reprodução de modelos e fragmentação da realidade para comprovação de verdades absolutas. Transferido o padrão (paradigma) por determinados vertentes do pensamento científico-epistemológico² aos fenômenos sócio-naturais, estes seriam compreendidos como uma grande máquina formada por engrenagens a serem controladas, descritas e mensuradas. Na sua utilização por determinadas técnicas, esse conhecimento – enquanto “objetivo” – favorece³ a preocupação com a criação de conceitos e categorias, sempre de forma rígida, estanque agindo como um sistema fechado auto-regulável pautado na demarcação, codificação e controle de fenômenos, além de regular por estruturas e processos mecânicos os mundos materiais e imateriais.

Na perspectiva de Deleuze e Guattari (1997), que orienta o atual texto, há uma distinção entre as ciências que estão em constante processo de conflito, captura e fuga; uma de Estado, Régia ou Imperial e uma Nômade ou da Máquina de Guerra. A Primeira não para de tentar conter os fluxos e os movimentos da ciência nômade ou do “território do gó-rizoma”. Já a segunda, marcada pelos percursos difusos, voláteis, flexíveis e meândricos encontra-se em constante processo de fuga da ciência oficial. Este processo marca a essência da ciência e cartografia do rizoma. A ciência dominante está mais preocupada em definir conceitos e categorias, desterritorializando outras possibilidades do fazer científico:

O que é próprio da ciência régia, do seu poder teoremático ou axiomático, é subtrair todas as operações das condições da instituição para convertê-las em verdadeiros conceitos intrínsecos ou *categorias*. Por isso, nessa ciência, a

² veja o livro “Ofício do sociólogo” de Bourdieu et ali 2007

³ por intermediação de certas organizações, instituições etc., por exemplo o Estado

desterritorialização implica uma reterritorialização no aparelho dos conceitos⁴.

Como já apontado antes apenas de forma genérica, para os autores a ciência de Estado é normativa, reguladora, controladora, prima pela forma, extrai variáveis das constâncias, atua no centro e não se preocupa com as bordas e sobras, faz um movimento não inovativo, percorre canais, espaços duros, lineares e os fluxos não provocam erosão, pois são geometricamente calculados e as figuras e sólidos geométricos são enaltecidos; percorre os espaços preenchendo casas. A previsibilidade do percurso é sua marca; o espaço é identificado pelo visual, pelo observável, pela leitura, pela relação aparência versus essência; cartográfica os movimentos objetivando explicações e projeções de modelos, vai de um ponto a outro sem invenção; percorre espaços frios.

O território do conhecimento científico⁵ descarta as incertezas, não considera o constate por vir-incerteza. Extrair incertezas é próprio do território rizoma, pois prima pela dinâmica do movimento de desterritorialização do modelo científico ocidental, um movimento que nunca cessa, se revela em bordas, restos, sobras, vestígios, indícios, sintomas, sinais, pistas, problematizações, magia, encanto, renovação, resgata o som, a cor, o cheiro e percepção. O movimento é incerto, não repetitivo, turbilhonar e liso, sem referências a modelos. Tudo é criação.

Sem poder aprofundar essa discussão aqui, poderia se dizer, simplificada, que a configuração da árvore do conhecimento assentada em valores das ciências exatas e naturais regeria as demais ciências e deslegitimaria qualquer outra expressão de conhecimentos a ser considerados científica. Os saberes e conhecimentos artístico, filosófico, mitológico, religioso, tácito e do senso comum ou cotidiano são menosprezados e marginalizados. Na sua expressão hegemônica e por meio da sua razão instrumental, esse conhecimento científico da ciência moderna constitui-se num território que constantemente desterritorializa e busca afirmação frente à outros territórios científicos não dominantes.

O argumento fundamental do presente trabalho é que, em geral, o planejamento do desenvolvimento regional⁶ está enraizado nas orientações da razão instrumental da ciência moderna e se constituiu um poderoso instrumento de dominação das políticas públicas governamentais. Em particular, no planejamento

⁴ Deleuze, Guattari 1995, p. 42, vol. 05

⁵ veja também a discussão do "campo científico" em Bourdieu 1983 e Bruyne et ali 1977;

⁶ há uma ampla discussão e bibliografia tanto sobre o planejamento em geral como sobre o próprio desenvolvimento regional que não serão apresentadas aqui;

regional amazônico⁷ seus objetivos estavam vinculados a promoção de um ambientalismo de raízes euro-ocidentais de cunho tecnicista, burocratizador, hierarquizante, e uma compreensão de território comprometido pelo Planejamento do Desenvolvimento Oficial. O território do planejamento oficial na Amazônia foi reproduzido num espaço vazio newtoniano-cartesiano como modelo abstrato e a ser imposto numa base física abstrata e sem vida.

Ressalta-se que a investigação de fenômenos sociais e físicos na Amazônia não pode ser determinada pela lógica da ciência dominante. A variável território constitui-se num dos caminhos de flexibilização da razão instrumental da ciência oficial e do Planejamento do Desenvolvimento Regional, pois permite compreender a cultura, sociedade, economia e natureza regidas por saberes e conhecimentos locais que orientam e dão razão ao existir material e imaterial que fogem à repetição modelística, artificial e hierárquica nas dinâmicas do fazer ciência e do pensar o espaço do homem.

Em contextos de populações tradicionais⁸ na Amazônia diversos territórios são formados. Há territórios da ciência oficial, do senso comum, dos conhecimentos sensível e mitológico, da tática cotidiana construídos e afirmados ao longo de gerações, etc. Todos encontram-se em processos de construção e desconstrução. Não há espaço para a monocultura do saber, muito menos para a hierarquização do planejamento. Todos os territórios são científicos, funcionam feito teias que se articulam e se entrelaçam e a natureza não é só natural, é também imaterial e social cuja interpretação é pura hermenêutica que muda a cada fração espacial.

Neste sentido o presente trabalho tem por objetivo contribuir à discussão do planejamento do desenvolvimento regional amazônico sem detalhar tanto a própria região amazônica como as referidas experiências de planejamento regional. Como já iniciado no atual item pela discussão de tecnicismo e cientificismo de certas vertentes da ciência moderna e o apontamento de sua superação por uma perspectiva de Deleuze e Guattari nos demais itens procura introduzir e analisar elementos que possam justificar a posição defendida que este planejamento deva passar por uma determinada transição paradigmática.

Para isto, são apontadas, abaixo, as transformações ocorridas nos paradigmas econômico, ambiental e do próprio planejamento regional, a partir da inserção do discurso do desenvolvimento sustentável, da percepção holística de natureza e da

⁷ apesar este ser o objeto desse ensaio, a atenção não está voltada aqui a determinadas expressões do planejamento regional na Amazônia, mas, como diz no título, a uma possibilidade e potencial de mudança paradigmática;

⁸ agrupamentos humanos de ribeirinhos, extratores, índios, remanescentes de quilombos, coletores, entre outros, que constroem seus cotidianos, produção material e imaterial a partir do contato direto com as matas, rios e solos.

valorização das práticas das populações tradicionais. Assim, no último item se chega ao resultado, numa primeira conclusão, que o planejamento regional voltado às populações tradicionais deva ter um caráter comunitário local e endógeno, assim como resgatar o território como estruturante de relações tecidas com o meio físico e valorar a cartografia de indícios socioambientais.

2. O território do ambientalismo planejador e o desenvolvimento regional

Nas últimas cinco décadas pode se observar profundas mudanças estruturais e conjunturais do funcionamento do modo de produção capitalista que levaram a uma série de transformações socioeconômicas, ambientais e sociais. Sem entrar na ampla bibliografia a este respeito, pode-se afirmar, simplificada, que o Welfare State cedeu lugar ao estado mínimo neoliberal e privatista; que a produção fordista foi superada por uma forma flexível pós-fordista (toyotismo); o que exige novas formas de qualificação, terceirização, miniaturização e eficiência produtiva; que a globalização integra pessoas e lugares, mas promove a exclusão social e fragmentação; que a maior parte das pessoas do planeta não tem acesso a consumo de mercadorias; que os espaços são integrados à economia-mundo de forma diferenciada dependendo da concentração de empresas, da concentração da densidade técnico-produtiva dos espaços, redes de comércio e de comunicações.

Sem detalhar essas características, no seu bojo cria-se, como uma das referenciais para a promoção da qualidade de vida e economia, o termo do desenvolvimento sustentável enquanto nova roupagem do desenvolvimento voltado ao lucro a qualquer custo. Forjado no pós-1945, é a grande referência para o planejamento do desenvolvimento regional, especialmente no Trópico Úmido. Contudo, a tríade sociedade-natureza-economia não tem função nem para criticar e muito menos ainda superar ambientalmente danosos fundamentos do capitalismo como consumismo, poluição e degradação ambiental e desigualdades sociais.

Conferências ambientais, como as de Estocolmo em 1972 e do Rio de Janeiro em 1992, ratificaram protocolos e intenções e buscaram mitigar, em escala global, a deterioração socioambiental. Receitas ecológicas propuseram créditos, selos e economias verdes, de carbono, da biomassa, etc. Especialmente quando observado, nas últimas décadas, o planejamento do desenvolvimento regional amazônico tem sido orientado por um grande número de modelos⁹ importados, mas se mostraram inertes e estéreis,

⁹ veja o exemplo de Simonian (2014) que, ao analisar o processo de implementação de políticas públicas voltadas ao turismo na Amazônia, destacou a inserção dos elementos ecológicos, comunitário, local, preservacionista e do desenvolvimento sustentável como

Uma dessas formas no século XXI, o “novo” ambientalismo planejador na Amazônia, fundado na noção do desenvolvimento sustentável, releva que o planejamento do desenvolvimento regional pretende ser mutável e diversificado e buscar novos caminhos, explicações, roupagens, facetas, imagens, slogans e horizontes. No entanto, torna-se mutante e destruidor ao intensificar a desorganização socioambiental regional e não propor mudanças significativas na estrutura produtiva, diferenças sociais e, quando pensa a natureza, não relativizar a perspectiva de território econômico, Planejar, para os órgãos de planejamento oficiais, torna-se uma grande incerteza.

Neste sentido, o território do ambientalismo do planejamento regional amazônico recorre, apesar de todo um discurso ambiental, a investimentos e projetos geoeconômicos de grande porte¹⁰ e projeta as “sociedades tradicionais” amazônicas na economia de mercado a partir da valorização de suas potencialidades locais buscando uma espécie de desenvolvimento endógeno, mas exogenamente orientado a ser inserido de forma periférica no capitalismo. Esta estratégia foi seguida pelos principais órgãos de planejamento regional em diversas esferas e setores do desenvolvimento, principalmente a partir dos anos 90 do século XX, onde ainda predominava um ideal de planificação estruturado no autoritarismo administrativo e tecnicismo gerencial. Mas os “ventos modernizante” das conferências ambientais começaram a reorientar as agendas do planejamento oficial.

Diante dessas experiências e de muitas ações desastrosas dos órgãos de planejamento regional na Amazônia¹¹ e em decorrência de uma série de desequilíbrios socioambientais verificados na região, pressões advindas do questionamento da reprodução autoritária do planejamento, de organizações globais e da mobilização regional social impulsionaram a formulação e emergência de novos paradigmas da planificação e de novos paradigmas científicos e tecnológicos do desenvolvimento regional que obrigaram os órgãos de planejamento a rever suas atuações na Amazônia.

3. O território rizomático: uma transição paradigmática que valoriza o espaço do desenvolvimento comunitário amazônico

condicionantes do planejamento do desenvolvimento regional; veja também Cruz 2008 e Irving 2002;

¹⁰ estes foram programados para o aproveitamento do seu potencial energético na Amazônia, quer na forma de geração de energia hidrelétrica, ou de exploração madeireira das áreas inundáveis, assim como o potencial mineral através do Projeto Grande Carajás

¹¹ como o Banco da Amazônia (BASA), a Superintendência do desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)

O território é uma categoria relevante tanto nas ciências sociais e humanas como nas físicas. Mas, é na Geografia que o conceito adquire um caráter ontológico e fundante das análises espaciais. Diversas explicações de territórios foram sendo tecidas ao longo de séculos e décadas com destaque aquelas de caráter econômico, político, sociológico, cultural e natural. Historicamente, a explicação do conceito de território na ciência geográfica perpassou relações de poder, controle, domínio, propriedade, ocupação e conquista que os diferentes grupos sociais exerceram sob certas frações espaciais. Dos anos 60 do século XX aos dias atuais, a ideia de uma vertente autoritária, centralizadora e economicista de território tem guiado o planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia¹².

O planejamento regional para o Trópico Úmido no contexto da Amazônia, proposto pelos órgãos oficiais, deveria relativizar a noção de território econômico e considerar perspectivas subjetivas, holística, processual, dialética e histórica, cultural e ambiental dos territórios dos povos que interagem com as matas, águas e florestas. Por isto, consideramos que no contexto das atuais análises do desenvolvimento regional amazônico o mesmo deve adquirir um sentido holístico, integrado, existencial e rizomático¹³ e propor um conceito do território rizoma como possibilidade de repensar o planejamento e o desenvolvimento.

O território-rizoma é todo processo cartográfico que considera o por vir, compreender as relações existentes entre as endogeneidades e exogeneidades, a realidade integrada não modelística, material e imaterial dos sujeitos com os locais físicos onde reproduzem suas vivências e dão significado a natureza. Entendemos que o território rizomático serve como proposta de pesquisa e desenvolvimento local comunitário por considerar a realização de mapeamentos que capturam ambivalências singulares em “comunidades tradicionais”, onde as relações com a natureza mediam a cultura, economia e materialidade e as atividades agrícolas e extrativistas mediadas pelo trabalho e interpretação da natureza guiam os fazeres e teceres cotidianos dos sujeitos. O território-rizomático é originário da noção de um espaço como produto de relações historicamente construídas, cujas formas espaciais são inerentes ao movimento da sociedade, de suas contradições e materialidade.

Os vínculos com os espaços físicos expressam histórias, modos de vida, lembranças, memórias, subjetividades e culturas. Em espaços tradicionais amazônicos, os saberes sobre o meio físico, a ancestralidade e leituras de paisagem

¹² para o atual estudo torna-se desnecessário aprofundar esse debate;

¹³ o termo “rizomático” tem haver com os princípios do rizoma definidos por Deleuze e Guattari 1995-1997

representam o existir material e simbólico. Territórios são feitos e refeitos a todo instante. Tal dinâmica expressa a territorialização e desterritorialização. Endogeneidades se afirmam. A etnicidade e culturalidade se afluam. Não há fundamento maior da existência humana em ambientes tradicionais amazônicos do que as relações de posse, controle, domínio, interação, interpretação, vivência, subjetividades, conquistas e percepções com os elementos físicos que compõe a natureza natural, material e imaterial.

Assim, os projetos de desenvolvimento regional direcionados a promoção da agricultura, extrativismo e economia solidária direcionados a pequenas comunidades e “populações tradicionais” deve ter na dinâmica local o ponto de partida para sua projeção e implementação. Neste sentido deve ter no território o seu fundamento e considerar o território-rizoma, pois compreende as singularidades econômicas, culturais e naturais que os sujeitos tecem com espaços físicos.

Ao mesclar economia-território e cultura-técnica-meio físico, o planejamento do desenvolvimento torna-se integrado, pois numa base física de populações tradicionais há potencialidades que podem ser fomentadas pela economia do reaproveitamento, dos “restos produtivos”, da identificação de indicadores socioambientais e mapeamento de “economias invisíveis” que dão sentido a geração de lucro na escala local.

No interior de comunidades amazônicas os limites territoriais não são demarcados por cercas e muros. Igarapés, córregos, cacimbas, pedras, marés, roçados, matas, entre outros, determinam os limites entre terrenos. As dimensões dos terrenos são legitimadas por relatos de famílias e convenções coletivamente aceitas nas comunidades. Isto explica porque políticas públicas baseadas em geometrização de linhas e abstrações dos espaços físicos na Amazônia se constituem em ação inócua, estéril, ineficaz, inútil e indevida.

Parte considerável dos povos do Trópico Úmido desenvolve roçado intercalando agricultura-extrativismo, policultura com atividades econômicas variadas. Assim, há saberes ambientais sobre o meio físico que circulam no interior de comunidades que orientam a praxis econômica, cultura, produtiva e o mundo do trabalho. Saberes que circulam de forma integrada.

O território-rizoma possui a variável da animação do mundo como um de seus fundamentos. A animação foi excluída pela ciência oficial que concebe a realidade sem cheiro, cor e sentidos. Nenhum território é criado sem a variável sonora, de cor, sabor, sabor, percepção e hermenêutica. Imaginemos um mundo sem som, ruídos, representações de paisagens e barulhos. Territórios materiais e imateriais se

territorializam a todo instante no contexto amazônico. Nenhum território pode ser pensado, referenciado e legitimado sem a animação inerente ao meio físico.

Os territórios integrados ou rizomáticos representam subjetividades, saberes socioambientais, histórias, memoriais, desejos, sonhos, vontades, cultura, pensamentos, tradições, traduções, religiões, afetividades, ancestralidades, emoções e interações. Todos legitimados e continuados coletivamente efetivados a partir de teias forjadas com os espaços físicos. Assim, uma agricultura não é só economia. É saber fazer, interpretar a terra e paisagens. Socialização de conhecimentos e histórias. O extrativismo antes de ser economia pura, é afeto, subjetividade, posse do lugar, imaterialidade, memória e reprodução do cotidiano.

É a imaterialidade de um território que dá sua substância a territorialização. Os sujeitos criam e amarram tradições, culturas e memórias a terra. Produzir imaterialidade pressupõe criar relações de pertencimento, afetividade e trabalho com espaços de vivência. A territorialização da produção imaterial representa relações de controle, posse, domínio, afetividade, identidade e pertencimento que os sujeitos externalizam com os meios físicos. A substância da territorialização imaterial é sempre coletivamente edificada e percebida. A territorialização individual une-se num conjunto de nós e edifica uma teia coletiva de representações que legitima a representatividade do grupo.

O território da imaterialidade revela o resgate da tácita, experiência sensível, paladar e da experiência, lendas, tradições, processos educativos a partir de relações com as águas, ventos, astros, sons, cores, terras, florestas e movimentos que a natureza realiza. A dinâmica natural dá vida e orienta a produção humana. Os grupos sociais aprenderam a observar o movimento das águas, os fluxos dos rios, terras, paisagens, chuvas, solos, circulação atmosférica, o orvalho, a insolação, mudança de coloração das plantas, os animais e a biodiversidade para poderem desenvolver suas culturas e produções. O alicerce produtivo de muitas comunidades amazônicas é emanado da subjetividade, afetividade, percepção da mudança do estado físico e do movimento da natureza e é o que dá razão a criação de territórios e territorialidades imateriais e materiais.

O território líquido-imaterial não difere da fluidez do movimento da natureza. É a própria natureza utilizada e projetada pela representação da subjetividade humana. Apresenta-se como toda substância transformada no e pelo meio físico. O puro movimento, plasticidade dos materiais e pensamentos, a fluidez dos processos e as transformações que a natureza imprime sob si mesma e sobre os homens. Os processos do mundo natural são ressignificados e representados culturalmente pelos

homens. Um mundo em movimento de partículas e átomos, dissoluções, reconstruções, repetições, significados e projeções a partir da base física.

É preciso pensar o homem para além do viés produtivo, do trabalho, da economia e da racionalidade da produção capitalista. O homem só é homem porque é natureza natural e artificial, cuja base de existência é o solo e do meio físico. O homem só é homem porque produz cultura, afeto e economia, sendo que tudo está amarrado a espaços físicos onde vive. Imaginemos um homem sem relações com o ar, a terra, a água, os sons, afetos, desejos, a cultura, a alimentação, a tradição, lembranças e ligadas a natureza.

Na Amazônia o que determina a edificação de territórios é o uso e percepção de frações espaciais, relações de apropriação, pertencimento, vivência, memória, história, arte e produção. Territórios são cartografias de fluxos e movimentos objetivando a captura passageira de processos que dão razão ao por vir.

Na Amazônia tudo é fluxo e movimento. O espaço fixo, frio, a ser preenchido e congelado pela ciência oficial deve ser cruzado de maneira animada. Na Amazônia a natureza é explicada pelos que habitam nela e na maioria dos casos não limita-se aos elementos que constituem o meio ambiente (pedra, água, solo, árvores, entre outros). A natureza é o território material e imaterial, líquido, figurativo, imaginativo, processual e processual que rege a vida e a permanência em frações espaciais, um território rizomático.

Portanto, cabe ao planejamento regional flexibilizar a noção de território como um conjunto de políticas públicas destinadas à espaços abstratos e sem vida, histórias, dialéticas e representações. Não há espaço, na Amazônia, para representações cartesianas, não hermenêuticas e fragmentárias da realidade. Na Amazônia há integração entre seres humanos e natureza, pois esta relação edificada de forma holística, em teias e rizomas dá razão a existência da realidade material e imaterial dos sujeitos.

A observância da chegada dos períodos chuvosos, do inverno, dos dias úmidos, das ocorrências das chuvas de verão, da umidade do ar e “mormaços” é uma prática recorrente iniciada no seio familiar. Conhecer os pormenores das mudanças climáticas, dos indícios dos anúncios das enchentes e problematizar as possíveis implicações das chuvas nos afazeres cotidianos, requer a experimentação e a aprendizagem pela prática. São saberes ambientais que a ciência oficial desconsidera ou menospreza e a técnica ignora.

Nas comunidades tradicionais amazônicas são desenvolvidas formas de linguagens cujas semânticas pautam-se na leitura e compreensão de elementos espaciais que funcionam feito uma “cartografia da leitura ambiental”. A produção de

linguagem do meio físico pressupõe o entendimento da dinâmica do interior das florestas, dos rios e igarapés, do mato, da chuva, do sol, do inverno, da garoa, entre outros. A linguagem adquirida é fruto da aprendizagem do meio, das percepções e deslocamentos feitos cotidianamente, do tato e contato com os elementos naturais. Os saberes sobre a sócio-biodiversidade revelam uma cartografia dos indícios socioambientais. Plantar, caçar, coletar, colher, pescar, queimar, representam práticas sociais fundadas, na observação dos ciclos da lua, dos tipos de solos e do reconhecimento de procedimentos que garantem a sobrevivência. Forjar, no planejamento do desenvolvimento socioambiental, técnicas de cultivos e usos dos solos, águas e florestas é tentar alfabetizar “doutores das florestas” cujas ancestralidades foram produzidas com a aprendizagem das dinâmicas dos lugares.

Portanto, as populações amazônicas criam e recriam saberes ambientais cujas metodologias de aprendizagem, a pedagogia cartográfica do ambiente, se baseiam na transmissão de conhecimentos através de oralidades, ações e tessituras que envolvem atos de cheirar, sentir, provar, perceber, interpretar e observar a natureza que funcionam como uma “hermenêutica do cotidiano”.

4. Novas exigências ao planejamento regional no contexto da economia comunitária

Como insinuado acima, o planejamento regional em contextos de populações tradicionais amazônicas precisaria considerar o território, a cultura, identidade, saberes socioambientais, pois há um conjunto de endogeneidades que articulam culturas, tradições, religiosidade, economias, percepções, processos educativos e fazeres sobre o lugar e que garantem a reprodução dos sujeitos. Um território econômico de populações locais e tradicionais na Amazônia, nunca poderia ser concebido de forma isolada sem incluir relações, teias, laços e ligações com a cultura, tradições, saberes e histórias do lugar e de vida¹⁴.

A simples caracterização de uma comunidade na categoria de remanescente de quilombo, pescador, ribeirinho, camponesa ou indígena talvez garanta a afirmação da identidade, mas não interferiria na geração de renda, otimização produtiva e exploração integrada de recursos. Assim, o resgate dos territórios endógenos e das singularidades que a ciência e a técnica excluíram se constituiria uma necessidade no

¹⁴ Investigações sobre essa realidade, que não serão indicadas aqui, mostram que tudo funciona como um cosmo holisticamente integrado. Há um conjunto de práticas socioeducativas e culturais que circulam e são legitimadas pelas comunidades representando processos legais, ancestrais e afirmativos de identidades. Todos são saberes sobre o meio físico são edificadas a partir de observação e interação da natureza a partir do relacionamento com as águas, com a mata, com o meio físico e social. Veem a natureza de forma múltipla e diversa, diferentemente da noção de natureza enquanto reserva de recursos naturais. Os espaços físicos são configurados como a extensão de suas vidas, como o caminho para produção da cultura e socialização comunitária.

planejamento de base comunitária e local que deveria revalorizar a etnia, o lugar, as endogeneidades, a localidade e a diferença.

Este planejamento comunitário local e integrado seria mais adequado à realidade de pequenas comunidades. Representaria um filamento, uma fronteira e um desafio a ser trilhado; uma semente que germinaria, sem hierarquia, se multiplicando a todo instante, sem se objetivar como modelo enrijecido ou estanque que interromperia o processo. Pretenderia ser fronteira constantemente móvel. Posicionar-se-ia de forma contrária ao paradigma da ciência enquanto máquina matemática e instrumental que atua na produção do conhecimento. Comporia o novo paradigma do desenvolvimento que envolve a relação sociedade natureza. Sua conceituação e dinâmica precisaria ser móvel, dinâmica, processo, volátil, flexível, meândrica, erosiva de conceitos e definições, sintomática e perceptiva hermeneuticamente construída.

Esse planejamento regional endógeno, comunitário e territorial representaria, como descrita por Santos (2009) quando elabora um novo paradigma denominado como “paradigma prudente para uma vida descente”, uma nova fronteira paradigmática que envolveria a ciência, enquanto “paradigma prudente”, e o social, enquanto “paradigma descente”. Chama atenção, nesta crise e tessitura de uma nova fronteira, o reconhecimento da participação, da solidariedade e do caos, a revalorização do conhecimento emancipado; a reciprocidade entre sujeito e objeto; a superação da dicotomia entre ciências naturais e sociais.

Santos (2010) afirma que o pensamento moderno é pós-abissal e não derivativo, envolve uma ruptura radical com as formas ocidentais modernas de pensamento e ação. Usando uma epistemologia do sul, confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes¹⁵. A ecologia de saberes buscaria a diversidade epistemológica do mundo o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento, da impossibilidade de uma epistemologia geral.

Acompanhando a crítica ao rigor do modelo de ciência dominante e a falta de integração sobre as diversas expressões de conhecimentos, Morin (2010) aborda a necessidade de valorizar a complexidade do conhecimento rumo à complexidade de saberes. Dessa forma, o pensamento complexo é tido como a aproximação, relação, misturas e integrações dos conhecimentos separados pelo próprio processo de desenvolvimento das ciências. Dessa forma, a integração de saberes estaria presente

¹⁵ A Ecologia de Saberes privilegia o diálogo entre saberes ocidentais e não ocidentais, confronta a oposição Norte e Sul entre os países. A Ecologia de Saberes tenta ultrapassar as linhas abissais geográficas e metafóricas impostas pela ciência dominante (Santos, 2010).

na consideração, na diversidade da ciência e fazeres científicos, na ênfase ao entendimento do mundo e de ciência a partir do senso comum, da ciência dominante, dos conhecimentos filosóficos e religiosos.

Para Ginzburg (1989) a investigação de fenômenos sociais e naturais deveria ocorrer a partir da busca de indícios, sinais, vestígios, sintomas. Estas palavras-chaves fundamentaram o que Ginzburg denominou de “paradigma Indiciário” cujas raízes reportam aos grupos nômades quando realizavam a caça procurando identificar a localização, o tipo e o tamanho dos animais a partir das fezes deixadas nos caminhos, das pegadas marcadas no chão, dos pêlos soltos nas gramas e pedras. A coleta de frutas e sementes eram feitas pela leitura da paisagem, ou seja, percebiam que determinadas áreas geográficas eram mais propícias à localização e uso daquilo que procuravam. Ao realizarem tarefas associadas ao banho, à realização de reuniões, festejos, descansos, entre outras, dedicavam-se, além da leitura da paisagem, a observação sistemática do tempo, das correntes de ventos, às mudanças de temperaturas e climas, a incidência dos raios do Sol, os movimentos da Lua e das estrelas.

Assim como os povos tradicionais amazônicos, os grupos primitivos eram profundos admiradores, estudiosos e conhecedores da natureza. Faziam circular no interior dos seus agrupamentos um conjunto de saberes apreendidos nas vivências diárias e nas constantes interações com o meio físico.

Ginzburg (1989) acreditava que os vários ramos do saber se entrelaçavam, sem hierarquias, sem privilégios. A não visibilidade dos saberes populares, venatórios, indiciários, artísticos entre outros faziam parte de um conjunto conectado de conhecimentos que:

Podemos comparar os fios que compõem esta pesquisa aos fios de um tapete. Chegamos a este ponto, veno-los a compor-se numa trama densa e homogênea. A coerência do desenho é verificável percorrendo o tapete com os olhos em várias direções¹⁶.

Assim, para Ginzburg o tapete representaria os pensamentos semiótico, divinatório, indiciário e venatório centrados num modelo epistemológico comum, mas heterogêneo devido estarem inseridos em várias estruturas de saberes complexos que se completavam e que estavam marginalizados pela fora positivista de se produzir ciência.

¹⁶ Ginzburg 1989, p. 170

5. Potencialidades do pensamento geográfico: a cartografia de Deleuze e Guattari como método de pesquisa processual¹⁷ - á guisa de uma conclusão.

Após essa breve referência ao pensamento de Ginzburg será recuperada, pela sua proximidade, a acima já usada noção de rizoma por Deleuze e Guattari (1995) onde os conhecimentos se fundem, se articulam se expandem num processo contínuo de transformação, de territorialização e de desterritorialização.

Em Deleuze e Guattari (1995) a cartografia adquire flexibilidade nos processos de mapeamentos dos fenômenos e processos sociais. A produção de cartografias para os autores teria por fundamento o acompanhamento de pistas, construção de processos que nunca se esgotariam, da multiplicidade, heterogeneidade e recusa a adoção de modelos ou parâmetros rígidos na análise dos fenômenos sociais. Entre as expressões “chaves” da cartografia deleuze-guattariana estariam aquelas que se direcionam: ao acompanhamento de pistas e processos, rizoma, multiplicidade e territorializações e reterritorializações.

Seguir as plantas: começando por fixar os limites de uma primeira linha segundo círculos de convergência ao redor de singularidades sucessivas; depois, observando-se, no interior desta linha, novos círculos de convergência se estabelecem com novos pontos situados fora dos limites e outras dimensões¹⁸.

Deleuze e Guattari consideram o porvir, o fazer e refazer, a diversidade, o múltiplo, a conexão, heterogeneidade, as relações e contradições dos fenômenos sociais. Fundamentam o conceito de rizoma cujo termo é originário da botânica e que tem o sentido de raízes agrupadas que nunca param de crescer e entrelaçar-se, assim como ocorre com os saberes e formas não dominantes de produzir ciência e conhecimento.

O rizoma para Deleuze e Guattari pode ser comparado à noção de tapete definido por Ginzburg (1989) onde os vários saberes como: a Arte, a Filosofia, a Ciência Dominante, a Religião, o Senso Comum e os Conhecimentos Populares estariam integrados. Neste sentido, os fios de tapete poderiam ser comparados as raízes de uma planta, onde cada filamento da raiz se integraria se articularia e não pararia de crescer e multiplicar-se.

Portanto, as populações tradicionais amazônicas criam rizomas, tapetes, saberes venatórios e do senso comum, edificam ciências, saberes ambientais e locais que qualquer política de planejamento oficial deve considerar que deseje ser séria, responsável e quer fugir da abstração e esterilidade. Ao analisar a extração da

¹⁷ tomou-se emprestado essa denominação do trabalho de Aguiar 2010

¹⁸ Deleuze, Guattari 1997, p. 20

andiroba na Amazônia como prática de uso racional dos recursos naturais e promoção dos saberes do lugar. Marin (2010) fala da importância do reconhecimento dos conhecimentos tradicionais. Os saberes e conhecimentos socioambientais criados e difundidos pelos povos amazônicos funcionam feito raízes que nunca param de crescer e multiplicar-se, não seguem direções fixas, se mesclam, se fundem, se integram e se renovam a todo instante.

Planejar, no seu método de pesquisa processual, deveria, seguindo Deleuze e Guattari, considerar saberes científicos, indiciários, tradicionais, religiosos, míticos, filosóficos, artísticos, técnicos, sensíveis e não científicos. Pressupõe a compreensão de que existem tapetes e teias de conhecimentos que funcionam em fluxos constantes, não se congelam, endurecem, enrijecem e nem param o movimento.

Da mesma forma, um desenvolvimento regional deve ser endógeno, mas articulado com as endogeneidades, paradigmático, mas não dominante, pois não pode pretender ser modelo, abstração ou técnica. Ao contrário, precisaria ser efêmero, adaptado a realidade, simples, tradicional e volátil. A técnica quando dura e regrativa torna-se ciência abissal, pois aprofunda as desigualdades sociais e de conhecimentos.

É aqui entra a cartografia como “um método que busca desenvolver práticas de acompanhamento de processos e para isso se desvencilha de métodos rígidos que buscavam representar o objeto retirando-o de seu fluxo e separando-o do sujeito”¹⁹ que permite contemplar o encanto do lugar, as formas complexas, multifacetadas, ancestrais e territoriais de manejos, cultura, antropologia e arte, excluídas da ciência e planejamento oficiais, mas que devem guiar o planejamento local.

O saber ambiental é produção material e cultural, deriva de relações tecidas com os territórios e falas dos sujeitos. O manejo é, antes de tudo, um manejo para afirmação da existência. O tecnicismo não é existência, é economia pura, mera abstração modelística. O crescimento socioeconômico local é pensado a partir do uso do meio físico enquanto natureza animada e inanimada. As cartografias da identidade, dos elementos naturais e da cultura são relevantes. O espaço físico, não pode ser espaço abstrato. É existência e essência. Agrupa ciências do lugar, dos elementos e dinâmicas naturais.

De acordo com Deleuze e Guattari,

somos atravessados por linhas, meridianos, geodésicas, trópicos, fusos, que não seguem o mesmo ritmo e não têm a mesma natureza. [...] E constantemente as linhas se cruzam, se superpõem a uma linha costumeira, se seguem por um certo tempo. [...] É uma questão de cartografia. Elas nos compõem,

¹⁹ Aguiar 2010, p. 6

assim como compõem nosso mapa. Elas se transformam e podem penetrar uma na outra. Rizoma²⁰.

Se observasse essa compreensão da realidade, o planejamento regional não poderia conter o fluxo²¹, nem delimitar movimentos, espaços, processos e saberes. Em territórios tradicionais tudo é fluxo, é movimento, explosão, erosão, teias, singularidades e pistas. O movimento é turbilhonar, disforme, complexo, holístico e fragmentário. Não há monocultura do saber. Saberes múltiplos sobre o meio físico eclodem, pulverizam as técnicas oficiais, cultivam e irrigam culturas locais. Mas, segundo Castro (2012), apesar dos órgãos de planejamento passaram a reconhecer a categoria território como fundamental no planejamento e relacionada a intervenção, poder e participação, desconsiderou-se valores, tradições e lugares.

Assim, o manejo comunitário é um dos caminhos do desenvolvimento regional, desde que, considere as peculiaridades de territórios, lugares e saberes ancestrais vinculados à espaços físicos que edificam a cultura e cotidianos de populações tradicionais e locais na Amazônia. A cartografia apropriada para este uso, diferente de métodos rígidos, pode contribuir apoiar estes processos porque

não visa isolar o objeto de suas articulações históricas nem de suas conexões com o mundo. Ao contrário, o objetivo da cartografia é justamente desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas processualidades²².

Neste sentido é importante pontuar a experiência cartográfica como uma busca pelo aprofundamento do modo de olhar o objeto e de fazer pesquisa. A cartografia desmistifica fórmulas prontas. É necessário compreender que não é um método pronto e fechado para se aplicar numa pesquisa, mas pode ser pensada nela como uma “deriva metodológica”, que vai sendo construída a partir dos diversos trajetos que o sujeito faz no decorrer da sua pesquisa.

Por fim, entendemos que os grandes projetos implementados na Amazônia, não podem ser tidos como modelo de desenvolvimento regional direcionados a pequenas comunidades. Contudo, mesmo em escala pequena, o planejamento regional amazônico, ainda reproduz modelos importados de desenvolvimento de outros centros. Frequentemente, os projetos agroextrativistas, de assentamento rural, de base comunitária, etc. consideram o espaço como espaço vazio destinado ao planejamento do desenvolvimento regional para realidades projetadas, mas cujos resultados são insignificantes.

²⁰ Deleuze, Guattari 1996, p. 77-76

²¹ veja Santos 2012 a ,b

²² Aguiar 2010, p. 13; vide também Crampton, Kryger 2008

Neste sentido, e retomando e reforçando o dito acima, o planejamento do desenvolvimento regional amazônico deve considerar a dinâmica interna das localidades e articulá-las com as externalidades, para que se evite separar o todo das partes e as partes do todo, sem segregar e nem replicar realidades forjadas por conjecturações cujas abstrações evidenciam as facetas perversas e desastrosas do planejamento regional tecnicista e burocrático.

Referências

- ACSELRAD, H. (Org.) *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008
http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/cartografia_tematica/leitura%204/Cartografias%20Sociais%20e%20Territ%F3rio.pdf
- AGUIAR, L.M. As potencialidades do pensamento geográfico: a cartografia de Deleuze e Guattari como método de pesquisa processual. In: *XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*, Caxias do Sul, RS setembro de 2010 - https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4047519/mod_resource/content/0/Deleuze%20e%20o%20método%202.pdf
- BOURDIEU, P. O Campo Científico. In: ORTIZ, Renato. (Org) *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo, Ática, 1983
- BOURDIEU, P., CHAMBOREDON, J.-C., PASSERON, J.-C. *Ofício de Sociólogo - Metodologia da Pesquisa na Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 6ª ed. 2007
- BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. *Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais - Os polos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: Ed Francisco Alves, 1977
- CASTRO, E. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, Jan./Abr. 2012
- CRAMPTON, J.W, KRYGER, J. Uma introdução à cartografia crítica. In ACSELRAD, H. (Org.) *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008, p. 85-111
- CRUZ, S. Turismo Sustentável na Amazônia: o contexto do desenvolvimento endógeno (pá. 135-136). In: Figueiredo (org.). *Turismo, Lazer e Planejamento Urbano e Regional*. Belém: NAEA, 2008.
- DELEUZE, G. GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo. vol. 1 a 6, 1ª a 5ª ed. 34. 1995, 1997.
- GINZBURG, C. *Mitos emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- IRVING, M. A. *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Ed. Futura 2002.
- MARIN, R. "A Ciência da andiroba": falas sobre as técnicas por coletores e os avessos do uso econômico da biodiversidade. In: *Cadernos de debates Nova Cartografia Social: conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia / Alfredo Wagner Berno de Almeida (Orgs)... [et al]. – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.2 .*
- MORAN, Edgar. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 17ª Ed. Rio de Janeiro.: Bertrand-Brasil, 2004.

SANTOS, B. S. *Da ciência moderna ao novo senso comum, A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 4e. São Paulo Cortez. 2009.

SANTOS, B. S.. Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B; Meneses, M. P. (Org). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p.31-83

SANTOS, M. *Pensando o Espaço do Homem*. Editora da Universidade de São Paulo, 2012b.

SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. 6ª Ed. São Paulo. Editora da USP, 2012a

SIMONIAN, Lígia. A política de ecoturismo no Polo Belém/Costa Atlântica (PA) *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.7, n.3, 2014, p.618-645